



AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS

Termo de Referência

1 – OBJETO

Contratação de licença de uso, para 06 (seis) usuários, da plataforma online "GESTÃO TRIBUTÁRIA (GT-Fácil)", **plano ouro (com upgrade para o plano diamante se contratado até o dia 23/04/2020, pelo mesmo valor do plano ouro)**, para acesso e consulta das informações relevantes acerca dos impostos e contribuições incidentes na fonte (INSS, IRRF, CSLL, PIS/PASEP, COFINS e ISS) sobre as aquisições de materiais e serviços adquiridos pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários.

2 – JUSTIFICATIVA

Os órgãos e entidades da administração pública são obrigados a procederem diversos recolhimentos tributários, sendo a maioria relacionada a retenções de impostos e contribuições nos pagamentos aos prestadores de serviços.

Devido a complexidade da legislação tributária nacional, especialmente no que diz respeito às obrigações incidentes na contratação de pessoas físicas e jurídicas, e, devido às imprecisões e contornos das normas vigentes a respeito do tema, faz-se necessária a contratação de soluções tecnológicas de apoio que permitam ao servidor enfrentar as dúvidas existentes com maior objetividade.

Foram analisadas três propostas enviadas à CCT/ANTAQ que oferecem como parte de suas soluções simuladores das incidências tributárias na fonte, uma vez que essa ferramenta se apresenta como a mais importante na realidade atual. No trabalho diário e devido ao reduzido quadro de servidores na CCT/ANTAQ, não há disponibilidade de tempo para realizar pesquisas nas legislações municipais em relação a todos os pagamentos que efetuamos, tampouco podemos aguardar as respostas dos órgãos de assessoria jurídica acerca das dúvidas que surgem, inclusive em função da grande demanda dessa área por outras questões, relacionadas a execução orçamentária e financeira.

Embora essas empresas ofereçam software de simulação das incidências tributárias na fonte, há diferenças consideráveis entre essas "ferramentas".

O sistema "**GT-Fácil**" da Open Treinamentos, é uma ferramenta tecnológica contendo orientações normativas e doutrinárias acerca das retenções de INSS, Imposto de Renda, Contribuições Sociais (CSLL, PIS/Pasep e COFINS) e ISS – Imposto Sobre Serviços. Essa ferramenta apresenta uma abordagem acerca do recolhimento do INSS sobre serviços prestados por cooperativas de trabalho, bem como da obrigação de reter e recolher o INSS na contratação de contribuintes individuais (incluindo aí o Microempreendedor Individual). Ela, também, distingue o tratamento das entidades contratantes de acordo com sua natureza jurídica, ou seja, para entidades que integram a Administração Pública Federal (órgãos públicos, autarquias, fundações públicas e empresas da União) o simulador apresenta orientações específicas acerca da Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012, bem

como, as interpretações da Receita Federal do Brasil editadas por meio das Soluções de Consulta-COSIT. Além disso, apresenta ao servidor no momento da retenção na fonte do ISS a melhor solução quanto às divergências entre a legislação municipal do ISS e a LC 116/2003. Esse sistema traz essas informações de maneira detalhada, dos sistemas analisados (Doc. SEI 0985871, páginas 8 e 9) ele é o único que faz uma análise das legislações dos municípios envolvidos na operação comercial e orienta para qual município é devido o imposto (Município do Tomador X Município do Prestador X Município da Prestação).

Outro fato de destaque é que o **GT-Fácil** possibilita consultas pelo código ou pela descrição do serviço na Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE, enriquecendo em muito as formas de pesquisa, já que as atividades que constam deste banco de dados são descritas com nível de detalhamento muito maior que na LC 116/2003. Merece citação o fato de que esse sistema informa se a empresa envolvida na operação comercial sendo optante do simples nacional pode realizar o serviço com cessão de mão de obra (CNAE X Tipo de serviço X Simples Nacional X Cessão de mão de Obra). Além disso, o sistema fornece orientação tributária específica ao usuário de acordo com a natureza jurídica do contratado (pessoa jurídica, pessoa física, MEI ou cooperativa de trabalho). Esses tipos de análise/orientações também foram identificados somente nesse sistema.

O **GT-Fácil** no **plano ouro** apresenta um custo mensal de R\$ 599,00 e anual de R\$ 7.188,00 (Doc. SEI 0985341 e 0985281), e se contratado até 23/04/2020, ocorrerá um upgrade para o plano diamante, pelo mesmo valor do plano ouro. É esse plano diamante que permite a análise das legislações dos municípios envolvidos na operação comercial e orienta para qual município é devido o imposto (Município do Tomador X Município do Prestador X Município da Prestação).

Já o sistema "**IOB Online**" demonstrou-se com características predominantemente empresarial (Doc. SEI 0985871, página 1) pois ele não dar ênfase a IN RFB 1234/2012 que regula as retenções na fonte a serem realizadas pela administração pública federal. Seu custo mensal será de R\$ 714,33 e anual de R\$ 8.571,94 (Doc. SEI 0985341 e 0985280).

Quanto ao sistema "**Econet**" (Doc. SEI 0985871, páginas 2 a 7), módulo "Retenserv", percebe-se que ele **não** gera relatórios orientando, de acordo com as legislações dos municípios envolvidos na operação comercial, qual município é devido o ISSQN (Município do Tomador X Município do Prestador X Município da Prestação); **não** realiza análises se pelo CNAE a empresa envolvida na operação comercial sendo optante do simples nacional pode realizar os serviços previstos no termos contratuais (CNAE X Tipo de serviço X Simples Nacional X Cessão de mão de Obra); e **nem gera** orientação tributária específica ao usuário de acordo com a natureza jurídica do contratado (pessoa jurídica, pessoa física, MEI ou cooperativa de trabalho). Seu custo mensal será de R\$ 486,00 e anual de R\$ 5.832,00 (Doc. SEI 0985341 e 0985284).

Ante o exposto, mesmo o sistema "**Econet**" (R\$ 486,00/mês) apresetando um custo mensal menor (R\$ 113,00) que o do sistema "**GT_Fácil**" (R\$ 599,00/mês), optou-se pelo sistema web Gestão Tributária (GT-Fácil), pois esse sistema (**GT-Fácil**) apresentou várias funcionalidades superiores aos demais sistemas dentre as quais citamos a correta orientação de recolhimentos dos tributos municipais e federais, bem como possibilitará a CCT analisar se a empresa envolvida na operação comercial pode realizar os serviços previstos no termos contratuais conforme os relacionamentos entre o CNAE X Tipo de serviço X Simples Nacional X Cessão de mão de Obra. Destaca-se, ainda, que esse tipo de análise (CNAE X Tipo de serviço X Simples Nacional X Cessão de mão de Obra) foi apresentado somente no sistema **GT-Fácil**.

3 – FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Art. 24, II da Lei 8.666/93.

4 – DO CUSTO ESTIMADO

A contratação do sistema web "Gestão Tributária", **plano ouro**, cuja detentora dos direitos autorais é a empresa Open Treinamentos e Editora Ltda., terá o custo de R\$ 7.188,00 (sete mil, cento e oitenta e oito reais), para acesso durante o período de **24/04/2020 a 24/04/20201**.

A empresa proponente é a detentora exclusiva do direito de comercializar o software, conforme Declaração de Exclusividade, página 17 do Doc. SEI 0985281.

O preço é compatível com o valor de mercado, o qual está comprovado pela proposta SEI nº 0985281, página 3, e valores contratados por outros órgãos públicos conforme Doc. SEI 0985281, páginas 27 a 38. O sítio Paine de Preços do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, <http://paineldeprescos.planejamento.gov.br/index.html>, também, foi consultado para se ter um balizamento e um comparativo de preços, conforme Doc. SEI 0985516.

4 - PRAZO DE ENTREGA

O acesso ao sistema web "Gestão Tributária", **plano ouro**, será disponibilizado via internet durante a vigência do contrato (**24/04/2020 a 24/04/20201**) e conforme termos da proposta 0985281.

5 - CONDIÇÕES DE ENTREGA

A contratada deverá fornecer senha de acesso à ferramenta "Gestão Tributária", **plano ouro**, para a Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ, a partir da emissão da nota fiscal, por um período de 12 meses (**24/04/2020 a 24/04/20201**).

6 - VIGÊNCIA DO CONTRATO

A presente contratação terá vigência por 12 (doze) meses a partir da assinatura do contrato.

7 - DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado em cota única, de forma antecipada, mediante ordem bancária, até o 5º (quinto) dia útil após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura, em duas vias, com todos os campos preenchidos, sem erros, sem rasuras, dentro do prazo de validade e atestada pelo Coordenador de Contabilidade - CCT.

Para fazer jus ao pagamento, a empresa deverá comprovar sua adimplência com o Ministério da Fazenda por intermédio das certidões: "Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União", "Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros", "Certidão do FGTS, através da CRF/CEF, e a "Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas".

8 – CONTROLE DA EXECUÇÃO

Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar os serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados. A fiscalização da execução contratual deve ser realizada de forma adequada por profissional com experiência na

área.

A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

9 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 9.520, de 2002, a Contratada que:

9.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

9.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

9.1.3. fraudar na execução do contrato;

9.1.4. comportar-se de modo inidôneo;

9.1.5. cometer fraude fiscal;

9.1.6. não manter a proposta.

9.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às penalidades constantes da Lei 8.666/93.

Atenciosamente,

CARLOS AUGUSTO ANDRADE SILVA

Coordenador de Contabilidade



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Augusto Andrade Silva, Coordenador de Contabilidade**, em 05/03/2020, às 16:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, art. 6º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.antaq.gov.br/>, informando o código verificador **0986232** e o código CRC **39693154**.